



**CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL – COPAM  
UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ALTO SÃO FRANCISCO**

**Ata da 6ª Reunião Ordinária realizada no Clube Recreativo e Poliesportivo  
Municipal, no município de São Roque de Minas, dia 23 de setembro de 2004, às 14:00  
horas.**

Aos 23 dias de setembro de 2004, reuniu-se a URC Unidade Regional Colegiada do Alto São Francisco.

Participaram os seguintes membros titulares e suplentes: o Presidente Doutor Shelley de Souza Carneiro, representante da SEMAD, Alex Fernandes Santiago, Valmir José Fagundes, Gerson Luiz de Freitas, Marcelo Ferreira Guimarães, Márcio Antônio de Oliveira, Cairo Manoel de Oliveira, Juarez Eufrásio de Carvalho, representantes da administração pública, Lucélio Nativo da Assunção, Roberto Soares Nogueira, Vicente Paulo Gondim, Eustáquio Marcelino Valério Calderaro, Lessandro Gabriel da Costa, Marco Antônio Vilela, representantes da Sociedade Civil.

**Assuntos em pauta: 1) Abertura:** a abertura foi realizada pelo Secretário-adjunto de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Dr. Shelley de Souza Carneiro.

**Dr. Shelley de Souza Carneiro, Secretário-adjunto:** Boa tarde a todos. Este é um dia muito especial, onde nós estamos dando uma virada em todo o trabalho que será desenvolvido por todas as Unidades Regionais de Apoio do COPAM. Estamos caminhando a passos largos para começarmos a trabalhar no próximo ano dentro daquilo que foi prometido. As Unidades Regionais serão bastante livres quanto às decisões de processos e aos problemas de Políticas Regionais. Eu digo isto, porque foi decidido ontem, em reunião realizada em Belo Horizonte. Mas prometo que nesta abertura serei bem rápido, volto a pedir aos senhores sobre o uso do microfone, pois os tradutores estão tendo bastante dificuldades. Muitas vezes vocês não usam o microfone, dificultando na hora de transcrever as atas, que são oficiais do Governo e podem ser requisitadas legalmente. Gostaria de dizer da minha satisfação em ver que os COPAMs se tornaram uma realidade dentro do Estado de Minas Gerais. Sempre gosto de trazer notícias das outras regionais para que os senhores tenham idéia da grandiosidade da rede que está sendo criada hoje e como esta matriz é importante para a política que estamos traçando para Minas Gerais. É uma das preocupações do Governador Aécio Neves, levar a discussão Ambiental para todas as regiões de Minas Gerais. Temos visto com muita satisfação o crescimento desta rede, assim como do COPAM. Aqui também começamos nossas reuniões de maneira bem lenta e explicativa, com palestras, explicando cada item da reunião e os problemas da região. Não conseguimos ainda visitar toda a região, mas estivemos em alguns locais. Isto começa a trazer para nós uma série de informações que são muito úteis já que os senhores têm um poder de decisão nas mãos. O levantamento de um braço passa a não ser tão corporativo na medida em que os Senhores passam a se sentir parte de um Conselho e de uma decisão Colegiada. Não é somente um braço que vai levantar e sim a cabeça que vai impulsionar este braço, justificando o seu voto. Este voto decide sobre um licenciamento ou sobre uma multa. O Conselheiro tem que ter esta visão, pois no momento que se decide sobre um licenciamento, o empreendedor já estará colocando suas máquinas para funcionar no local. Um outro aspecto são as Políticas Ambientais, que nós não começamos a trabalhar decisivamente ainda, mas será feito muito brevemente, discutindo e contribuindo para a



Política Regional, logicamente respeitando a Política Estadual. Esta rede está crescendo e ela terá força para começar a trilhar o seu caminho e tomar suas decisões. Ela será auto-suficiente. Gostaria também de dizer que vários assuntos que estão sendo tratados aqui, alguns pedidos pelo Núcleo de Apoio ao COPAM Regional, que trabalha como apoio ao COPAM que são os senhores, que foram eleitos e indicados. O COPAM é o Conselho e a casa é o Núcleo de Apoio. Nossa pauta hoje está baseada no Rio São Francisco, nós estamos na região da nascente do Rio São Francisco e teremos a apresentação do trabalho que está sendo feito para melhorar as condições do rio. É um trabalho de Revitalização. Dentro do formato legal das reuniões teremos os processos e depois a palestra. Hoje eu gostaria de pedir licença aos senhores para fazer uma inversão na pauta aproveitando a presença das pessoas que trabalharam nesse processo de revitalização. Gostaria de inverter porque o representante da EMATER e da SEMAD que estão aqui e vão se apresentarem aos senhores porque eles têm compromissos inadiáveis. Seguiremos depois a nossa pauta. Vou convidar os palestrantes para fazermos do item 9, o item 2 da nossa pauta.

Palestrantes:

- **Aluizio Fantini Valério:** Gerente Executivo do Programa de Revitalização e Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio São Francisco.
- **Geraldo José dos Santos/;** Assessor do Secretário de Meio Ambiente José Carlos Carvalho; trabalha no Comitê da Bacia do Rio São Francisco.

**Aluizio Fantini Valério, palestrante:**

APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA DE REVITALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO:

- Diferentes usos da água: recurso estratégico, finito e de valor econômico. É um bem essencial. Temos como uso: irrigação pesca, geração de energia, água para uso industrial e residencial, barragens, navegação, turismo e lazer e mineração.
- Objetivo do Programa: garantir a sustentabilidade das atividades antrópicas, interferência do homem na Bacia. O programa estabelece ações prioritárias de curto, médio e longo prazo. Dentro do enfoque de garantia de sustentabilidade, são objetivos específicos: o aumento da oferta de água do ponto de vista quantitativo; a recuperação e preservação do Meio Ambiente; a participação dos usuários no processo decisório, ou seja, mobilização; a geração de emprego; a melhoria da qualidade de vida dos usuários, preservando os recursos naturais. O programa propõe diferentes ações que visam à melhoria e sustentabilidade desta Bacia.

Dimensão da Bacia:

640.000 Km. / 504 municípios distribuídos entre Minas Gerais, Goiás, Pernambuco, Bahia, Alagoas e Sergipe. / 15.000.000 habitantes / 3.000 hectares irrigados. Dentro de Minas Gerais a Bacia representa 40% da população da área e do PIB. Quando temos uma visão geral da Bacia vemos como é notável a contribuição de Minas Gerais, porque de 72 a 75% da água, quase 50% dos municípios, 38% da área da Bacia. E uma contribuição negativa de aproximadamente de 75% de poluição da Bacia, especialmente ocasionada pela Bacia do Velhas. Enfim, a inserção da bacia mineira do São Francisco relativamente no seu contexto global é muito importante. Estas questões é que levaram o Governo de Minas a elaborar



este programa para que possa haver uma interface das ações do Governo de Minas e as ações do Governo Federal em todo o corpo da bacia hidrográfica.

A elaboração da proposta deste Programa se baseou em diversos estudos conduzidos em Minas Gerais na região do Paracatu, Verde, Grande e nos demais afluentes. Também compõem a base de conhecimento para a geração do programa os Projetos Executivos de caracterização e manejo integrado de bacias hidrográficas que foram desenvolvidos em 205 municípios através de um convênio assinado com a ANA e a EMATER. E um segundo plano de Desenvolvimento Sustentável da Bacia Hidrográfica do Verde, Grande, região mais problemática do ponto de vista da disputa de água.

A Transposição está no contexto de um Programa de desenvolvimento da Bacia. Em 1995 o Presidente da República e vários governadores se reuniram em Recife e assinaram um Termo de Compromisso pela vida do São Francisco. Este projeto visualiza este compromisso. E a conclusão é muito simples, pois efetivamente, não aconteceram progressos que nos tranquilizassem com relação a sustentabilidade da Bacia.

Princípios que sustentam o programa:

- Desenvolvimento econômico e social dentro da visão de sustentabilidade;
- Interdependência entre os recursos naturais e as ações antrópicas;
- Gestão das águas abrangendo aspectos de qualidade, quantidade e de seus diferentes usos;
- Planejamento e gerenciamento compartilhados de forma que a sociedade expresse suas vontades e conhecimentos;
- Obediência e interinstitucionalidade imprescindível ao projeto;
- Reconhecimento de que este programa tem impacto nacional;
- Educação Ambiental e capacitação de produtores e técnicos que atuam dentro da bacia.
- Transferência e adaptação da tecnologia gerada pela pesquisa;
- Disponibilização de material reprodutivo de qualidade;
- Recuperação e preservação de áreas degradadas;
- Recomposição da vegetação em áreas de nascentes, de topo e de recarga;
- Melhoria da infra-estrutura viária rural;
- Saneamento ambiental, uso adequado e manejo dos resíduos, rejeitos e efluentes provenientes das atividades agrossilvopastoris.

“É preciso fazer todo um esforço de convergência para que este desafio seja vencido”.

A ANA e a EMATER assinaram um convênio para a elaboração de 200 projetos executivos de Manejo Integrado de Sub-bacias hidrográficas. A escolha dessas Sub-bacias foi feita pelas comunidades. É um projeto que exige uma mobilização sobre todos os aspectos.

Com a proposição de transpor as águas do Rio São Francisco, o entendimento que mais contribui é de que não adianta fazer a transposição das águas, a não ser por uma questão da água como benefício. O entendimento do programa é que as ações da revitalização são fundamentais, à medida que se tenha o propósito de fazer transposição de águas. A miséria não é só no Nordeste, ela está presente na cercania e imediações do Rio. O tema da transposição gera polêmicas em suas discussões e conflitos. Minas é o grande contribuinte deste projeto, por seu volume de água e pelos impactos que causa no curso do Rio São Francisco, e tem na revitalização um histórico bem forte. Com este Comitê Minas passa a ter uma posição mais firme e pró-ativa diante da transposição. Ao longo dos últimos quatro



ou cinco anos os recursos que foram direcionados para Minas, dentro da visão de revitalização foram mais ou menos os mesmos recursos em valores quantitativos que foram direcionados para outras áreas da bacia, em outros Estados, que não têm muitas vezes nenhuma participação expressiva. E nós mineiros também não temos uma consciência muito elaborada sobre os papéis de Minas neste contexto. Agora percebemos que existe uma mudança de orientação política que levará os mineiros a discutirem qual é a apropriação mais adequada de recursos no programa de revitalização. *A revitalização é o componente mais importante no processo de transposição das águas do Rio São Francisco.*

Estimativa de custos:

2004 = R\$ 24.000.000

2005 / 2007 = R\$ 475.000.000

Atuação de diferentes organismos, secretarias e órgãos do Estado que participam ativamente: Agricultura, Meio Ambiente, RURALMINAS, EPAMIG, EMATER e o Fundo de Recuperação e Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas. O esforço destes é que nos levarão a alcançar a revitalização. Agradeço e me desculpo pela correria. Obrigado.

**Geraldo José dos Santos, palestrante:** Gostaria de agradecer primeiro ao Doutor. Shelley a oportunidade de estar também nesta região, falando com os membros desta Regional. Este é um trabalho extremamente importante que vai dizer para cada região, o seu melhor caminho. Cumprimento também o Prefeito Cairo que é membro do Comitê desta Bacia Hidrográfica.

Comitê da Bacia Hidrográfica: Ainda hoje existem dúvidas a respeito das ações que são atribuídas ao Comitê. Todos nós gostaríamos que o Comitê fosse um órgão Executivo e que tivesse recursos e que pudesse chegar junto de cada região da Bacia do São Francisco buscando soluções e executando projetos e resolvendo efetivamente as questões que já estão na “na garganta” das pessoas que vivem junto do São Francisco. Mas não é este o caso. O Comitê da Bacia é uma organização surgida com a Lei 9433/97 e seria muito bom que todos conhecessem esta Lei de perto. Porque esta Lei criou uma nova história da Política de águas deste País. Foi a partir dela é que se descobriu: *A água é um bem escasso.* Embora o nosso matuto pudesse vir aqui para dizer a todos nós que sua água estava acabando, foi preciso esta Lei para que nós acreditássemos. A água acaba. Portanto é dotada de um grande valor econômico. Esta foi uma abertura de consciência que esta lei veio dar a todos nós. Outra questão importante desta Lei foi o estabelecimento de que a sociedade também é responsável por estas águas. Não é somente o Governo responsável por ela. Mas por outro lado, não é o Governo dono desta água. As águas são então um bem público e todos têm a responsabilidade do zelo e o direito de dizer que esta deve ser administrada por nós. Para isto existe o Comitê que representa todos os habitantes de cada uma das Bacias. O Comitê deve ser antes de tudo, um representante da vontade das pessoas que vivem naquela bacia. Os Comitês agregam usuários, prefeituras, sociedade civil organizada, governos estaduais e Governo Federal. Têm a responsabilidade de agir como um Parlamento das águas da bacia, ou seja, um Fórum de decisão no âmbito de cada bacia hidrográfica. Mas não é um organismo executivo, portanto, não possui CNPJ, conta em banco e para funcionar precisa do apoio da ANA. O recurso é passado para uma instituição pública da Bacia que recebe o dinheiro e faz as despesas do Comitê. Alguns comitês devem



trabalhar na busca de possuírem a sua Agência de Água. Esta Agência de Água é o braço técnico do Comitê e destina-se a gerir os recursos da cobrança pelo uso da água desenvolvendo esta engenharia do sistema. A Agência possui CNPJ e é um organismo executivo, devendo ser forte suficiente para planejar e executar ações de desenvolvimento no interesse da bacia devendo estar pronta a assumir a postura de Agência de desenvolvimento regional. As Agências e os Comitês integram o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Portanto, fazemos parte deste Sistema Nacional que congregam outros componentes. Minas Gerais representa 36,9% da área total da Bacia do São Francisco e a população representa 60% do total da população do São Francisco. 73,5% do total de águas do São Francisco nascem em Minas Gerais. Os rios não têm somente uma nascente e sim várias. E a principal nascente do Rio São Francisco está aqui em São Roque de Minas. A posse da diretoria do Comitê se deu em maio de 2003, em São Roque de Minas. Em 2003, de maio a outubro, se fez à estruturação interna do Comitê e em outubro o Comitê foi “acuado” pelo Governo Federal para se posicionar relativamente ao projeto do Governo de fazer a transposição de águas do Rio São Francisco para o Nordeste Setentrional. Quando o Comitê, de maneira muito firme, já estabeleceu de que somente falaria de transposição se houvesse um plano para a Bacia e que dentro deste plano se pudesse saber então o que a transposição queria dizer. Queríamos estudar e discutir para termos condição de dizer se a transposição ia afetar ou não, em que local e de que forma ela afetaria a Bacia do São Francisco. Este foi um momento importante em que o Senhor Vice Presidente, o Senhor Ministro da Integração Nacional e a Senhora Ministra do Meio Ambiente reunidos com o Comitê em Penedo, nos diziam da necessidade de autorizarmos ou assumirmos a transposição e nós pudemos dizer com uma votação quase completa que a nossa postura era: primeiro nós vamos estudar e depois vamos conversar sobre este assunto. Assumimos o compromisso sério de que o Comitê teria dentro de seis meses com um plano para a bacia do São Francisco pronto. Planos são dinâmicos. Era possível fazer um plano para o São Francisco e mesmo que não fosse o melhor nós teríamos um plano de qualidade para o São Francisco dentro de seis meses. E isto aconteceu. A elaboração deste documento se encerrou no mês de Abril e em seguida fomos legitimá-lo através de consultas públicas na bacia. O Comitê da bacia quer ser o representante de quem está na bacia. Cada um dos 60 membros titulares tem atrás de si a representatividade de 250 mil pessoas. É uma representatividade maior que a de um Deputado Federal. Este plano está no *site* da ANA. Este plano de recursos hídricos e a responsabilidade do Comitê estão diretamente ligadas com o gerenciamento de recursos hídricos. Os principais elementos desse gerenciamento são a alocação, a outorga, o enquadramento, a cobrança, a fiscalização e o monitoramento. Dentro desses elementos a alocação de água se mostrou um item muito importante porque estávamos discutindo, dentro do plano da Bacia, o desejo do Governo de fazer transposição de águas. Esta alocação de água, para dentro e fora de Bacia, precisava ser discutida e muito bem estabelecida. E isto foi feito. Ficou claro que a única forma para se ter uma boa gerência de recursos hídricos era a realização de um “pacto das águas”. Esse pacto que precisaria envolver o Governo Federal, Governo Estadual e os Comitês de Bacias. Esses Comitês devem ser o Comitê do São Francisco e os Comitês Tributários (Velhas, Paracatu...). É o conjunto desses Comitês é que vão estudar e estabelecer suas políticas, para que se possa chegar a um bom termo. Mas é preciso a presença dos Governos em





casos como: Outorga ou no Exercício do Poder de Polícia. Quando se fala em “Pacto das águas” ou alocação, sempre se chega ao Uso e Ocupação dos Solos. Quem trabalha com gerenciamento de Recursos Hídricos, tem que trabalhar com o binômio “solos e água”, ou só estará trabalhando parte do problema. Quem quer buscar soluções para a água e não quer buscar soluções para o solo, certamente não encontrará soluções para nenhum dos dois. O binômio solo e água deve determinar ações e políticas. É preciso que seja bem observado. Como último item coloco a “peste da erosão”, ela representa o que de pior existe de poluição. Não existe nada pior do que a poluição de solos. Quando assoreamos um rio, e eu digo “nós” porque quando não tomamos os cuidados adequados para controlar a erosão, nós estamos assoreando o rio. Quando o Senhor Prefeito faz uma estrada mal traçada, ele está assoreando o rio. A Lei de Crimes Ambientais deveria ser aplicada fortemente ao agente poluidor. A erosão é crime ambiental que não está sendo olhada. Ou nós vamos encarar de frente estes problemas ou vamos passar a mão na cabeça de quem não merece. Vamos trabalhar as estradas para não termos o caminho das águas para sair arrebatando tudo e atrapalhando fazendas e sítios ou acabando com as nossas nascentes. Nós temos que fazer a cobrança das atitudes. Ou vamos continuar passando a mão na cabeça de quem não merece? A erosão é exatamente a nossa perda de oportunidade de intervir no momento único que nós podemos intervir no ciclo das águas, que é exatamente quando as águas precipitam. As águas estão aí e nós temos que armazená-la no momento em que ela cai ou estaremos perdendo tempo. Armazenamos a água não é exatamente nas barragens, a natureza armazena a água nos lençóis. Lá não há evaporação e as águas entram limpas. É pra lá que temos que encaminhar nossas águas. Perdemos esta oportunidade e criminosamente acabamos com nosso solo. Perdemos a água e o solo, isto é erosão.

Sobre a Alocação de águas e sua complexidade: existem alguns fatores que interferem na alocação, por exemplo, o crescimento da agricultura irrigada, energia elétrica, transposição e outros. Os usos conflitantes da água são discutidos aqui. Tudo isto deve ser bem organizado. A alocação faz parte da solução destes conflitos. Ao Comitê cabe a responsabilidade de oferecer as diretrizes para a alocação e ele o faz através de Deliberações. Comitê não estabelece o fato, estabelece diretrizes. Organismos devem trabalhar obedecendo às diretrizes.

Transposição: a responsabilidade que tenho agora é de passar para vocês algumas coisas que são os fatos para a Bacia do São Francisco e não para o Estado de Minas Gerais. Comitê trabalha a Bacia Hidrográfica, nós não temos divisa de Estados. O que for bom para Minas deverá ser bom para o Piauí. Piauí está na Bacia? Se fizerem a transposição de águas daqui vamos ter o Piauí dentro da Bacia do São Francisco. Mas a verdade é que o que for bom para Minas deve ser bom para os estados que naturalmente estão ao largo da Bacia. Precisamos é discutir as questões da Bacia como importante para todos. Se for bom para Minas e prejudicial a alguém, não é importante para a Bacia. Temos que trabalhar o que for importante para a Bacia. O nível das discussões e propostas colocadas está no nível de plano e não de projeto. Apenas como lembrete, alguns componentes da revitalização que estão dentro do nosso plano, a Implantação do Sistema Integrado de Gerenciamento dos Recursos Hídricos da Bacia, vai depender de um pacto. Temos que conversar muito. Comitê é um parlamento das águas e infelizmente podemos ser contra muita coisa, mas não podemos nunca fechar o diálogo. Seja com o amigo ou com o inimigo. Temos a



responsabilidade de continuar dialogando. Nós temos que continuar dialogando com o Governo Federal a respeito de transposição. Temos de dialogar sempre. O segundo é o Uso Sustentável dos Recursos Hídricos e Reabilitação Ambiental da Bacia. O Uso Sustentável é a racionalização dos usos destes recursos. O terceiro, Serviços e Obras de Recursos Hídricos e Uso da terra. E o quarto, Serviços e Obras de Saneamento Ambiental e a Sustentabilidade Hídrica do Semi-árido. 60% da Bacia do São Francisco estão no Semi-árido. Aquela região norte que está em calamidade pública está no Semi-árido. As soluções que buscamos para o Semi-árido, estaremos buscando para o nosso Semi-árido. Nos desafia implementar o plano com a liberação dos recursos identificados nos PPA. Nos desafia entender que o plano é um mapa para se alcançar em determinado destino. O plano é traçado de caminhos para atingirmos nosso objetivo. Algumas deliberações importantes que foram votadas em Juazeiro, são elas que dão legitimidade ao Plano elaborado e dão bases e diretrizes para este plano. São elas:

- A vazão máxima alocável na bacia: 360 m<sup>3</sup> por segundo.
- A jusante de Três Marias a vazão máxima regularizável: 503 m<sup>3</sup> por segundo (provisoriamente).
- Sobradinho: 1815 m<sup>3</sup> por segundos.
- Na foz: 1500 m<sup>3</sup> por segundo.

Para que vocês entendam o que estes números estabelecem, aqui está um grande problema para a Transposição de águas: é necessário ter uma vazão mínima de 1500 m<sup>3</sup> por segundo na Foz ou 1500 m<sup>3</sup> enquanto média. Portanto, num grande trecho do ano preciso desta quantidade de água vazando. É provável que vocês já tenham visto que o Governo quer transpor 1% da vazão do rio. E uma vazão que está se perdendo para o mar. Mas nós achamos que não estamos perdendo vazão para o mar. Nós somos responsáveis por um ecossistema que exige termos estas vazões. Sem elas nem os animais, nem a fauna e nem os “animais barbados” que ficam ao largo do rio ou em Brasília sobreviveriam sem estas vazões. É uma recomendação do Comitê aos Órgãos gestores que se inicie com a maior brevidade possível a revisão das Outorgas concedidas. Estas vazões concedidas hoje estão na faixa de 360 m<sup>3</sup>, ou seja, o total já alocado. Se isto estivesse exatamente na prática, nós não teríamos condições de alocar 1 m<sup>3</sup> mais. Embora se tenha 360 m<sup>3</sup>, utilizamos hoje apenas 90 m<sup>3</sup>. Há que se fazer uma revisão de Outorgas, porque existe água que pode ser utilizada para outros objetivos e que está, digamos, em um banco de reserva de domínio. Isto não quer dizer, que estamos prejudicando projetos que estão em construção. O que o Comitê busca é que os projetos que estão paralisados e que não foram implementados, que o sejam. E que utilizem a água e que façam o progresso. Dar início a um processo de construção do Pacto de Águas da Bacia, através de um convênio de gestão integrada, envolvendo União, Estado, Comitê do São Francisco e Comitês dos Afluentes. A respeito da Transposição: o Governo ficou de nos apresentar até o dia 28 deste mês, novas propostas. Os dados que nos foram apresentados até hoje: eixo norte (localizado logo abaixo da Barragem Sobradinho) para levar água para o Ceará, e Rio Grande do Norte e, ainda, Pernambuco – 99 m<sup>3</sup>, por segundo. Atravessando um desnível de 165 metros. E eixo leste, que deverá retirar 28 m<sup>3</sup> por segundo, rompendo um desnível de 300 metros para levar água para Paraíba e um pouco para Pernambuco. Cada vez que lerem que quem for



contra a Transposição é porque não bebeu daquela água suja, não acreditem. São 2000 quilômetros de distância que deixarão toda a área da Bacia a “ver areia”. Por isso nós queremos discutir esta proposta. Queremos saber por que nós outros que estamos na Bahia, em Pernambuco, em Minas Gerais e ao largo da Bacia, a cinco quilômetros da calha, morrendo de sede porque a água não chega, morrendo de fome porque os projetos não andam. E estamos falando de um grave Semi-árido dentro da Bacia. Porque que não somos merecedores da mesma atenção? Exatamente por isso queremos discutir o plano da Bacia. Porque neste plano está dito: nós queremos negociar transposição dentro de um aspecto mais amplo. Dentro de um plano de desenvolvimento para uma região muito pobre. E se houver a necessidade de se levar água para determinadas regiões, que os projetos técnicos possam nos dizer de quanto e para onde levar estas águas. Que força temos nós? Também queremos saber que força teremos todos quando sairmos em busca de um só objetivo? Somos muitas gotas que queremos reunir para que, enfim, possamos fazer alguma coisa de útil. Se fizermos separadamente, certamente, seremos apenas gotas.

**Dr. Shelley de Souza Carneiro, Secretário-adjunto:** vamos abrir um pequeno debate.

**Conselheiro Cairo e Prefeito de São Roque (não se identificou):** na condição de anfitrião, quero dar as boas vindas a todos os Conselheiros. E na condição de membro titular do Comitê Nacional da Bacia do São Francisco, tenho certeza que com anuência do Secretário de Estado José Carlos Carvalho, eu quero registrar o agradecimento em nome dos 60 membros do Comitê da Bacia aos dois palestrantes que discorreram sobre o Comitê da Bacia do São Francisco.

**Dr. Shelley de Souza Carneiro, Secretário-adjunto:** foram informações importantes. Esta região representa não só a nascente do rio, pois ela é percorrida por boa parte dele. Por isso queremos trazer estas informações. Muitos dos assuntos do Rio São Francisco vão cair aqui. O Conselho de Política Ambiental dever conhecer a realidade desta região. Então, gostaria de agradecer aos palestrantes por estas informações que muitas vezes ficam escondidas.

**Conselheiro Cairo e Prefeito de São Roque (não se identificou):** gostaria de formalizar uma pergunta sobre uma questão que preocupou todos os membros do Comitê. Sobre a transposição de águas para o Setentrional. Nós membros do Comitê, não tivemos acesso, até o presente momento, ao Projeto Executivo que o Governo Federal pretende construir para fazer esta transposição. Neste momento, em que se estabelece cotas máximas disponibilizadas para a transposição, como para a dessedentação de animais, como isso é possível se não conhecemos o projeto executivo que iria determinar na sua envergadura o volume de águas que seria eventualmente transposto? Em uma reunião realizada no CREA este se mostrou bastante preocupado porque nem mesmo ele conhece este projeto e o Governo pretende licitá-lo. Que informação o Senhor teria para o COPAM a respeito da existência e de qual envergadura deste projeto? E quando o Comitê teria ou terá acesso a este projeto de engenharia da transposição de águas?

**Geraldo José dos Santos, palestrante:** a pergunta é a respeito de onde estão as informações do projeto para que se possa discutir sobre elas. Nós também ainda não recebemos definitivamente este projeto do governo. A informações que dispomos é a respeito do volume de águas transposto e parece que não vão mudar. Não existe muita possibilidade de mudar esta proposta do governo. Os projetos em si ainda não estão





colocados às discussões públicas. Estão ainda, nas gavetas do Governo Federal. Nós devemos receber as justificativas para o pedido de transposição de águas e os seus volumes no prazo máximo, no dia 28 deste mês. O que vamos fazer em seguida? Vamos pegar estas informações e vamos ter um Parecer Técnico das Câmaras Técnicas de Outorga, Cobrança e Política. Com este Parecer, a partir do dia 14, vamos fazer uma terceira peregrinação pela Bacia com os representantes do Governo Federal e com as nossas interpretações sobre as informações do governo. Para que o governo diga aos membros do Comitê as suas pretensões e para que o Comitê possa também apresentar as suas conclusões sobre os dados que lhe foram apresentados.

**Conselheiro Cairo e Prefeito de São Roque (não se identificou):** A nosso ver o Governo Federal está fazendo uma inversão. Ele já tem hoje um Plano Executivo pronto para ser licitado para a transposição de águas. Este projeto contempla um determinado volume de águas a ser transposto. O Comitê não o conhece, porém o Comitê tem estabelecido o volume mínimo de águas para ser transposto. Essa é nossa grande preocupação! Porque na reunião realizada em Penedo o Ministro Ciro Gomes chegou a dizer que já estava pronto para poder licitar a contratação e execução da obra, sem que houvesse uma anuência do Comitê. Como isso é possível? Você tem um Projeto Executivo pronto, que prevê uma transposição de um volume que ninguém conhece até agora qual a sua metragem cúbica por segundo? Sendo que o Comitê já estabeleceu os limites mínimos! Esta é a nossa grande preocupação.

**Geraldo José dos Santos, palestrante:** Parece quase impossível que os números que temos do Governo hoje, se modifiquem. São 127 m<sup>3</sup> por segundo, sendo na faixa de 25 a 26 metros para dessedentação de animais e consumo humano. O restante para irrigação. Gostaria, ainda, de dizer que Duda Mendonça (maior marqueteiro do país) deverá assumir o projeto da transposição para vendê-lo a todos nós assim que ele terminar a campanha de Marta Suplicy.

**Alex Fernandes Santiago, Coordenador da Promotoria da Bacia do Alto São Francisco:** Queria parabenizar os palestrantes e a intervenção do Prefeito de São Roque de Minas e externar a posição do Ministério Público quanto à transposição. Ela é exatamente igual à posição do Comitê: não há que se cogitar qualquer discussão a respeito da transposição sem antes discutir necessariamente a revitalização. Esta foi a conclusão de número 14 do Segundo Congresso Nacional do Ministério Público e da Magistratura na reunião realizada em setembro, em Araxá. O que nos causa estranheza é que já foi enviado para o orçamento o montante da obra, sem o devido licenciamento e sem que haja Outorga. Há um completo atropelo da Legislação Ambiental. Já temos o valor de uma obra que sequer foi aprovada. Isto gera sérios questionamentos.

**Item dois, Comunicado dos Conselheiros.**

**Alex Fernandes Santiago, Coordenador da Promotoria da Bacia do Alto São Francisco:** Convido a todos para a caminhada que será feita no Município de Itapeverica, no sábado, para visitar a nascente do Rio Itapeverica. Como atividade prevista no desenvolvimento do projeto “Nova Margem”. Haverá também o plantio de mudas no perímetro urbano de Divinópolis.

**Roberto Soares Nogueira, FEDERAMINAS:** Informou o adiamento da assembléia do Comitê de Bacia do Rio Pará, a nova data será informada aos membros.



**Lessandro Gabriel, Associação Ambientalista do Alto São Francisco:** Gostaria de fazer um agradecimento pela Lei 15.375 sancionada pelo Governador Aécio Neves. Reconhecimento de Utilidade pública da Associação Ambientalista perante o Estado de Minas Gerais. Gostaria de fazer um convite: sábado estaremos inaugurando em Lagoa da Prata a sede da ASCALP. Queria abordar também outra questão: estive na semana passada no Rio de Janeiro, na 4ª Conferência Internacional Verde das Américas, lá foi citado que os Órgãos IEF e IGAM estavam patrocinando o evento, porém não estavam representados por ninguém. Fico triste de saber que estes órgãos patrocinaram eventos fora de Minas Gerais e não havia sequer um representante legal destes órgãos.

**Dr. Shelley de Souza Carneiro, Secretário-adjunto:** Eu trarei uma resposta na próxima reunião. Ontem foi realizada a reunião do Conselho de Recurso Hídricos e foi aprovada a divisão da Bacia do Rio Manhuaçu. Foi dividido o Rio Caratinga do Rio Manhuaçu. Na próxima reunião entra em votação a Comissão do Comitê deste rio. Também terminaram os trabalhos da cobrança pelo uso da água. E a partir deste momento vamos começar a discutir as arestas da cobrança pelo uso da água.

**Conselheiro Capitão Valmir:** Gostaria de expor que a Polícia Militar também preocupada com este projeto de Desenvolvimento Sustentável do Rio São Francisco, estamos aqui, hoje, com a presença de dois Capitães que comandam Companhias Especializadas de Policiamento Ambiental: Capitão Rodrigo e Capitão Venceslau que vieram prestigiar a palestra.

**Dr. Shelley de Souza Carneiro, Secretário-adjunto:** A Polícia é um quarto braço da Secretaria, que desenvolve um trabalho muito importante. Gostaria também de dizer sobre a integração da Polícia Militar com todas as sete regionais. É uma surpresa muito boa ver esta presença tão ativa.

### **Item 3) Exame de Atas de Reuniões da URC/COPAM**

Aprovada por unanimidade a ata da 2ª Reunião realizada em 03/06/2004.

Aprovada por unanimidade a ata da 3ª Reunião realizada em 22/06/2004, com a seguinte alteração: página 18, linha 823, retificar a ortografia correta da palavra *ocorre*.

Aprovada por unanimidade a ata da 4ª Reunião realizada em 27/07/2004.

Aprovada por unanimidade a ata da 5ª Reunião realizada em 19/08/2004, com a seguinte alteração: página 18, retificar que o nome correto do Conselheiro é *Valmir José Fagundes*.

**Dr. Alex Fernandes Santiago:** gostaria de elogiar a sensível melhora na transcrição das atas.

### **Item 4) Dr. Shelley de Souza Carneiro: Processo administrativo de Licença de Operação (Itaúna Alumínios Ltda- metalurgia de metais não ferrosos – Itaúna MG – 218/ 2000/ 001/ 2000) - FEAM**

Leitura do Parecer técnico: após a análise do RCA/PCA, e pelo exposto, este parecer é favorável à concessão da Licença de Operação Corretiva requerida pela empresa, condicionando-a ao cumprimento das recomendações constantes ao anexo I e II e ao atendimento aos padrões de Legislação Ambiental vigente no Estado de Minas Gerais.

Leitura do Parecer Jurídico: Diante do exposto encaminhamos o processo à Egrégia Câmara de Atividades Industriais do COPAM, recomendando a concessão da licença, nos termos do parecer técnico.

Em discussão:



**Alex Fernandes Santiago, Promotor de Justiça:** gostaria de um esclarecimento da equipe técnica quanto a condicionante número dois: apresentar monitoramento da pressão sonora no entorno do empreendimento. Não seria interessante acrescentar à redação desta condicionante que, na possibilidade de haver uma medição superior a legislação vigente, que ela apresente um projeto para corrigir a situação?

**Claudinei Hermes, Técnico do Núcleo de Apoio ao Conselho de Política Ambiental:** com relação ao monitoramento de ruídos, consta no anexo II das condicionantes, que este monitoramento deve ser realizado anualmente. Apesar de constar no anexo I, que este monitoramento seja realizado a cada dois meses. Então, vai haver um acompanhamento deste monitoramento de ruídos no entorno do empreendimento. Caso haja alguma divergência, saindo dos parâmetros da legislação, a equipe técnica solicita medidas de adequação para que a empresa possa enquadrar o monitoramento dentro do que é exigido. Isto já é uma consequência do monitoramento fora dos padrões.

**Alex Fernandes Santiago Promotor de Justiça:** acho que seria interessante inserir como condicionante para que fique a fiscalização, através do corpo técnico e do COPAM, com implicação para o licenciamento no futuro. Além disso, o imóvel está situado em Zona Rural. Por isso, gostaria de incluir a nona condicionante: averbar reserva legal e apresentar projeto de recomposição, se necessário, no prazo de 6 meses.

**Roberto Soares Nogueira, FEDERAMINAS:** esta empresa está situada em Itaúna e eu a visitei para ver se o que está no processo condizia com a realidade. E esta se situa em um Distrito Industrial que foi criado recentemente, ele é considerado Zona Rural, mas é um Distrito Industrial.

**Alex Fernandes Santiago, Promotor de Justiça:** surgiu uma informação nova e não desmerecendo qualquer das fontes, cabe a nós tirar a prova. Isto se dá através de Certidão do Registro de Imóveis e ainda averiguando junto ao município se situa em área urbana, área de expansão ou não. Sugiro que seja retirada da pauta este processo para averiguação dos dados.

**Dr. Shelley de Souza Carneiro, Secretário-adjunto:** a empresa está presente? Não. Então a pedido do Conselheiro nós tiramos de pauta. Os técnicos estiveram no local? Não.

**Roberto Soares Nogueira, FEDERAMINAS:** a FEAM fez uma vistoria, existe uma Auto de Fiscalização feito nesta semana lá. Eu tenho cópia deste Auto. Não cita exatamente que é um Distrito Industrial, mas está ao lado da INTERCAST, estando visível para quem passa pela MG 050. A FEAM esteve na empresa esta semana no dia 20.

**Alex Fernandes Santiago, Promotor de Justiça:** peço vistas do processo.

**Lessandro Gabriel, Associação ambientalista Alto São Francisco:** aqui também não consta a adequação dos resíduos sólidos e restos da empresa. Gostaria que fosse colocado em pauta.

**Claudinei Hermes, Técnico do Núcleo de Apoio ao Conselho de Política Ambiental:** com relação aos resíduos sólidos está colocado como condicionante, no anexo II, o acompanhamento do quadro de resíduos, onde a empresa informa com uma frequência definida no parecer. Ela apresenta todo gerenciamento dos resíduos da empresa.

**Dr. Shelley de Souza Carneiro, Secretário-adjunto:** foi até bom ter retirado o processo de pauta pelo fato dos técnicos não terem visitado a empresa. Fica um negócio burocrático e nós estamos fadados a cometer erros. Foi pedido vistas, podemos ir ao local e verificar.



**Claudinei Hermes, Técnico do Núcleo de Apoio ao Conselho de Política Ambiental:** apenas gostaria de colocar que estes processos vieram da FEAM.

**Dr. Shelley de Souza Carneiro, Secretário-adjunto:** tudo bem. Só estou esclarecendo que deveria estar aqui o técnico que realizou a vistoria. Se não está, passa agora para a Unidade Regional. O Dr. Alex está pedindo vistas e vocês vão dar todo o suporte para que na próxima reunião isto esteja devidamente equacionado, com as informações completas. *Devido às dúvidas com relação à localização do empreendimento foi solicitada vista ao Processo pelo Conselheiro Alex Fernandes Santiago.*

**Item 5) Dr. Shelley de Souza Carneiro: Processo administrativo de Licença de Operação (Calcinação Lasmar – aplicação de cal – Formiga MG – 009/ 2003/ 001/ 2003) - FEAM**

Leitura do Parecer técnico: Após a análise de toda a documentação, incluindo a PCA elaborado pela consultoria contratada e após vistoria técnica realizada pela FEAM, concluiu-se pela viabilidade ambiental do empreendimento, sendo, portanto este parecer favorável à concessão da Licença de Operação Corretiva, respeitadas as condicionantes dos Anexos I e II.

Parecer Jurídico: Diante do exposto encaminhamos o processo à Unidade Regional Colegiada do COPAM do Alto São Francisco, recomendando a concessão da licença, nos termos do pareceres técnico e jurídico da FEAM.

Em discussão.

**Eustáquio Valério, ABES:** no parecer jurídico está escrito que a empresa não comprova a origem da matéria prima calcária que será utilizada no processo industrial. E por que não cita a origem da lenha? Já que no parecer técnico está escrito que o processo de calcinação é realizado com a queima da lenha de eucalipto.

**Raquel, Procuradoria Jurídica da FEAM:** consta nos autos o Certificado de Registro do IEF. Esta questão já foi ultrapassada. No processo tem a origem de um fornecedor, porém este só tem a licença prévia e um Termo de Ajustamento de Conduta firmado com o Ministério Público. Esta fase da licença não o autoriza a exercer a lavra propriamente dita. Nestes casos a procuradoria tem entendido e colocado esta condicionante padrão deferida para todos os processos onde não se comprova efetivamente a licença de operação do fornecedor.

**Eustáquio Valério, ABES:** também no parecer jurídico está escrito: visando comprar matéria prima de origem legalmente licenciada e comprovada, prazo de dois anos. Eu gostaria de saber se este tempo de dois anos não é grande o suficiente para comprovar a origem das matérias primas.

**Raquel, Procuradoria Jurídica da FEAM:** a condicionante tem duas partes. A primeira parte pede que ele faça uma lista com todos os fornecedores de matéria prima daquele empreendimento. Ele terá o prazo de 60 dias para fornecer esta informação. Diante disto é que o órgão ambiental vai verificar os empreendimentos que estão adequados e os que não estão. Este é instrumento para buscar a regularização destes empreendimentos. Em se tratando de matéria prima de origem mineral, temos uma interface muito grande com o DNPM. Especificamente o calcário está sob o regime de concessão. Acho que dois anos é um prazo até pequeno para se obter a licença de operação, que é o que vai respaldar a operação legalizada do empreendimento.





**Eustáquio Valério, ABES:** no caso da lenha, também serão dois anos?

**Raquel, Procuradoria Jurídica da FEAM:** no caso da lenha ele já comprovou, através do Certificado de Registro. A origem da lenha está sendo abordada no grupo de trabalho.

**Roberto Soares Nogueira, FEDERAMINAS:** pelo parecer técnico a empresa utiliza de água proveniente de uma cisterna, sabemos, passível de ser água contaminada. Gostaria de sugerir como oitava condicionante que seja providenciada água potável para consumo humano.

**Raquel, Procuradoria Jurídica da FEAM:** a água foi outorgada pelo IGAM.

**Conselheiro Capitão Valmir:** esta situação dos dois anos para comprovação da origem da pedra calcária é realmente preocupante. Estivemos no mês de agosto, realizando uma operação e, dos sete locais visitados, seis estavam irregulares. E o que está fomentando esta degradação ambiental é exatamente os produtores que estão adquirindo esta pedra calcária de forma irregular. Logicamente existe um problema social. Às vezes a população não tem outra fonte de renda. Mas o Estado tem que comparecer e viabilizar talvez outra fonte de renda. Por que, certamente ou dificilmente, a solução será a exploração daquelas pedras calcárias. Estão dilapidando aquele patrimônio. Eu sugiro que seja reduzido este prazo para um ano. Mesmo contrariado. Deveria ser realmente comprado de uma mineradora devidamente licenciada.

**Marcelo Antônio, IBAMA:** isto já havia sido matéria de discussão em outra reunião, pelo mesmo motivo que o Conselheiro acabou de abordar. Foi sugerido também um prazo de seis meses.

**Raquel, Procuradoria Jurídica da FEAM:** devemos trabalhar com a realidade. Nos casos desses licenciamento da formação do grupo (Bambuí Arcos, Paíns, Córrego Fundo) temos uma situação específica. Além da interface necessária com DNPM temos também a situação da área cárstica. Todos os processos de licenciamento devem agregar o valor do IBAMA, órgão responsável pelas áreas cársticas. Temos diversos processos que estão parados com o IBAMA. Quando deliberamos uma condicionante de seis meses corremos o risco de deliberar uma condicionante que não é exequível. Ela vai voltar para pedir com pedido de prorrogação. Esta é a dificuldade do ajuste. Se o Conselheiro reparar, este prazo normalmente é metade do prazo de validade da licença de operação para se evitar o pedido de prorrogação da condicionante.

**Dr. Shelley de Souza Carneiro, Secretário-adjunto:** sei que este problema é muito discutível. Nada impede de discutirmos profundamente o problema da área cárstica. Inclusive nossa próxima reunião será em Paíns, exatamente para discutirmos este problema. Estamos com um grande grupo já estudando e procurando um entendimento para regulamentar este problema no Estado de Minas Gerais. Já existe muita gente trabalhando de maneira correta e de maneira sustentável. O que foi dito pela Dr. Raquel não é uma coisa nova e inclusive, se houver uma definição de um grupo que estudou este projeto, estes prazos poderão ser alterado.

**Raquel, Procuradoria Jurídica da FEAM:** talvez fosse interessante que a Câmara fizesse uma Moção ao grupo de trabalho. Este grupo está estudando inclusive o Termo de Referência para o licenciamento de área cárstica. Esta Moção iria ajudar.

**Alex Fernandes Santiago, Promotor de Justiça:** entendemos a colocação Dr. Raquel. Ela lembrou a questão da realidade do procedimento. Temos uma realidade muito mais drástica



que é a da área cárstica. Atividades micro mineradoras na região cárstica estão levando a completa degradação. Temos patrimônio arqueológico completamente destruído, estão fornecendo para as empresas de calcinação e nós estaremos homologando esta situação. Não podemos ser agentes confirmadores de uma realidade equivocada. Cabe ao DNPM mudar seu procedimento e este será um importante instrumento de pressão nosso. Se o IBAMA ou qualquer outro órgão tiver paralisia cabe a nós forçar esta pessoas a ir nestes órgãos reclamar. Por isso, a importância de que este prazo seja reduzido. E lembrando que o fato de dar um ano para adequar não afasta o crime, se a Polícia Militar encontrar infração neste sentido, quem está lavrando inadequadamente será autuado e encaminhado para o Ministério Público.

**Dr. Shelley de Souza Carneiro, Secretário-adjunto:** vocês é quem vão votar e decidir o prazo. Sem querer justificar o prazo de dois anos. Este processo foi tecnicamente analisado para chegar aqui. Não é um projeto da degradação daquela região. Temos que mostrar as dificuldades do prazo.

**Capitão Valmir José Fagundes:** a questão é sobre a aquisição da pedra que está sendo adquirida de mineradoras irregulares. A questão do beneficiamento dela não estamos questionando e, sim, a origem da matéria prima. Esta origem é que está causando a degradação.

**Dr. Shelley de Souza Carneiro, Secretário-adjunto:** esta é uma das preocupações. Não só na Zona Cárstica, mas também do carvão e cana-de-açúcar. Existe uma discussão grande neste âmbito de que a empresa, ao tirar o licenciamento, os seus fornecedores e compradores tenham que ter licenciamento. Como a empresa obrigaria o seu fornecedor? Cabe ao governo exigirem o licenciamento e não ao comprador. Isto está sendo discutido em Belo Horizonte.

**Alex Fernandes Santiago, Promotor de Justiça:** mais uma vez a questão da reserva legal. Calcinação Lasmar está localizada em zona rural do município de Formiga. Sugiro a adição de condicionante que seja averbada a reserva legal no prazo de seis meses e apresentado o projeto de recomposição, se necessário no prazo, de três meses após averbação. Além disto, no item 2.3 relatam-se que houve medições em forno e que estas superaram o padrão permitido. Como os fornos operam com tiragem natural estas emissões estarão bastantes reduzidas. Gerando consequências nas condicionantes que se for constatada necessidade de implantação de sistema antipolvente no forno, esta medida será solicitada oportunamente. Não existe um prazo definido. Eu parto da filosofia que o momento maior da fiscalização é o licenciamento, até pelas dificuldades que enfrentam os órgãos. A revisão da Deliberação Normativa mostra isto. Eu acredito que devemos modificar a redação para que a implantação do sistema antipolvente no forno seja imediata. Devemos ter um padrão do bom, nosso objetivo tem que ser o bom. Esse sistema certamente será benéfico para a questão dos efluentes atmosféricos. Sugiro a modificação da condicionante número 5 para que sejam implantado o sistema de antipolvente no forno, com benefício de toda a população, no prazo de 12 meses.

**Luiz Gonzaga, FEAM:** não posso, em nenhum momento, prescindir da manifestação do colega Claudinei. Segundo lugar, reforçar uma colocação feita antes. Quando os pareceres técnicos que estiverem em apreciação, que seja uma exigência, que os autores estejam aqui. Eles, como autores, foram analistas e fiscais e têm uma percepção real da situação e podem



relatar com muito mais pertinência. Na observação com relação ao item 2.3, eu entendo que o fiscal esteve lá e estimou que está dentro do padrão de 20%. Cita-se que não foram apresentadas as propostas exatamente porque dentro de uma avaliação feita desta forma a empresa e o consultor haviam concluído neste sentido, que não carecia. A condicionante coloca que oportunamente poderão ser solicitadas medidas de ajuste. Isto é na hipótese de qualquer alteração. No PCA entendeu-se que não havia necessidade de uma medida específica de controle do forno.

**Alex Fernandes Santiago, Promotor de Justiça:** vamos ao item 2.3 / Impactos identificados/efluentes atmosféricos. A única medição realizada deu um resultado maior que o permitido. O técnico coloca que como os fornos operam em tiragem natural as emissões estarão reduzidas. Eu entendo que é uma ilação e não um dado objetivamente confirmado. Não houve uma medição quanto a tiragem natural. Não houve, na minha visão de leigo, uma medida que nos comprovasse que as emissões estariam abaixo da lei e que a única medida que houve dentro do forno, esta apresentou um resultado acima do permitido. Adicionando a falta de uma medição específica à preocupação que temos com as doenças respiratórias, sugiro que seja modificada a condicionante 5. Retirar tudo “desde se... até necessidade” e exigir imediatamente a implantação do sistema antipolvente no forno. As condicionantes têm como objetivo o Meio Ambiente ecologicamente equilibrado. O ideal não é termos o sistema de controle de emissões de atmosféricos? É exigível? Um prazo de doze meses não seria interessante? Então, eu sugiro que seja colocada esta condicionante.

**Luiz Gonzaga, FEAM:** é lamentável e quero reforçar a obrigação do autor sempre estar nos julgamentos porque ele esclarece o que não está claro. Me parece que fala aqui em dois fornos. Ou de fornos em duas situações com tiragem forçada e com tiragem natural. A condicionante sobre tratar o efluente e adequá-lo ao padrão é primordial. Isto é feito com base no diagnóstico, analisa-se a emissão, constata-se se está dentro do padrão e, estando fora, quão fora está. O projeto de engenharia e o equipamento acoplado para controle é função disto. Deve haver uma perfeita caracterização das emissões. O diagnóstico claro é importante.

**Dr. Shelley de Souza Carneiro, Secretário-adjunto:** não tem prazo. Fica aberto. O importante aí é a avaliação, para se saber o que deve ou não ser feito.

**Claudinei Hermes, Técnico da Unidade Regional Alto São Francisco:** especificamente esta empresa eu não conheço. Mas já participei da elaboração de parecer técnico de empresas similares. Aqui colocam-se duas situações, onde uma está relacionada com uma exaustão forçada em condição pior ambiental através de uma chaminé acoplada ao forno. Quando se trata de uma tiragem natural, a chaminé é a própria entrada de matéria prima no forno. A comparação feita no parecer é muito pertinente. A escala Ringelman é visual. Está visualmente constatado que há uma transparência nos gases que são exauridos do forno. Esta situação pior de uma exaustão forçada, quando colocada bem próxima do padrão de emissão é julgado tecnicamente para não adoção de equipamentos no forno de tiragem natural. Inclusive a DN 70 não exige o licenciamento dessas empresas que são de baixo impacto ambiental. Gostaria de sugerir que fosse colocada como observação e não como condicionante. Ela não tem o prazo de validade para execução, mas como pode ser colocada como uma observação da condicionante.



**Dr. Shelley de Souza Carneiro, Secretário-adjunto:** os métodos de avaliação de chaminé são imensos hoje. A tecnologia cresceu muito. Este método utilizado, a escala Ringelman é muito deficiente e sua avaliação é incerta, porém é um método barato. O problema é custo, se procura um valor baixo e não fica bem feito. Eu acho que nós deveríamos pedir, pelo menos, uma avaliação melhor. Como é que você vai avaliar e dizer que se está poluindo acima dos limites ou não. Mesmo porque a avaliação do forno é descontínua. Deveria se pedir uma avaliação dentro de limites técnicos mais adequados e dar um prazo. Não existe condicionante sem prazo.

**Lucélio Nativo, FIEMG:** se continuar, de vez em quando, pingando licenciamento deste jeito e sempre com estas respostas, continuará com o mesmo problema. Temos que pensar globalmente e agir localmente. Se pensar isoladamente em um forno terá um baixo grau de poluição atmosférica. Porém, como foi citado, naquela região não tem apenas um forno e sim, centenas. É preciso pensar soluções e tomar medidas maiores.

**Eustáquio Valério, ABES:** em relação ao questionamento sobre o tratamento de água na zona rural. A empresa possui apenas oito funcionários e o custo da implantação do sistema de tratamento de água é caro. Portanto, eu sugiro que a água potável seja levada de um centro.

**Roberto Soares Nogueira, FEDRAMINAS:** em momento algum pedimos que fosse montada uma estação de tratamento de água. Queremos que seja disponibilizada para consumo humano a água potável.

**Dr. Shelley de Souza Carneiro, Secretário-adjunto:** gostaria de colocar o documento como um todo em votação e depois votaremos item por item das propostas de condicionantes.

**Licença concedida nos termos dos pareceres técnico e jurídico da FEAM, com as seguintes alterações:**

-Condicionante 8: disponibilizar água potável para o consumo humano. Prazo de dois meses.

-Condicionante 9: averbação da Reserva Legal, prazo de seis meses. Apresentação do projeto de recomposição, se necessário, três meses após a averbação.

-Condicionante 10: apresentar licença ambiental dos empreendimentos fornecedores e das substâncias minerais. Prazo de 60 dias. Caso não sejam licenciadas pelo órgão ambiental competente, deverá o empreendedor adequar-se ao quadro de fornecedores. Visando comprar matéria prima de origem legalmente licenciada e comprovada. *Prazo de um ano. Proposta votada com divergencia pelo Conselheiro Cairo Manoel de Oliveira. A favor da manutenção do parecer original, prazo de dois anos.*

**Lucélio Nativo, FIEMG:** na região existem muitas empresas boas e que estão licenciadas. Fica uma concorrência desleal para as empresas que possuem o licenciamento, elevando o seu custo. Por isso, temos que reforçar esta questão e dar preferência para o fornecedor que já está licenciado.

**Alex Fernandes Santiago, Promotor de Justiça:** Lei de crimes ambientais. Eu não posso adquirir de quem não está licenciado, é crime também. Concordo que não há legislação quanto aos aspectos administrativos, que é a nossa área de atuação.

**Roberto Soares Nogueira, FEDRAMINAS:** gostaria de sugerir que mantivéssemos a proposta de redução de prazo. Porque esta vai criar este desnível, a empresa vai ficar





obrigada por uma condicionante a adquirir produtos só de empresas licenciadas e as outras vão se beneficiar disto.

**Dr. Shelley de Souza Carneiro. Secretário-adjunto:** um ano daria inclusive tempo para este grupo que está estudando tomar decisões mais acertadas, de uma maneira macro. Assim, podemos tomar atitudes sem prejudicar um ou outro.

**Lucélio, FIEMG:** fico com a proposta do Promotor.

**Alex Fernandes Santiago, Promotor de Justiça:** a proposta seria idêntica à sugerida pelo parecer jurídico, modificando apenas o prazo para regularização para um ano.

**Item 6) Dr. Shelley de Souza Carneiro: Processo administrativo para licença de Operação Corretiva – IEF –**

**6/1 – Granja São Jorge – Geraldo Xavier de Faria e outros – suinocultura/ avicultura de corte/ bovinocultura – Conceição do Pará MG – 95 03 01 03.**

**6/2 – Fazenda Ressaca Rômulo Melo Gontijo – suinocultura e culturas anuais – Bom Despacho MG – 62 03 01 03.**

Em discussão.

**Vicente:** gostaria de reafirmar sobre a importância da demarcação e averbação da Reserva Legal que não consta nos estudos apresentados pelo empreendedor.

**José Antonio, NAURSCAF:** estão sendo solicitados na condicionante estes pedidos. Consta na condicionante.

**Capitão Valmir:** a respeito da Granja São Jorge foi feita uma observação na última reunião. No nosso parecer técnico já havia esta dificuldade em vislumbrar esta demarcação. Não estão sendo colocadas as áreas utilizadas. Se não fez a averbação ele deve estar utilizando a área e vai ter que recompô-la.

**Alex Fernandes Santiago, Promotor de Justiça:** mais uma vez sugerir que seja modificado a condicionante número 9, da Granja São Jorge. Após averbação apresentar, no prazo de três meses, projeto de recomposição, se necessário. Mesma coisa para a condicionante número 1 da Fazenda Ressaca. Após a averbação da reserva legal apresentar projeto de recomposição no prazo de três meses, se necessário.

**Marcelo, IBAMA:** gostaria de destacar que esta mudança no prazo que antes era de seis meses e agora caiu para 120 dias.

**Pedro Coelho, Procuradoria NAURCASF:** é bom deixar claro para os Conselheiros que a reserva legal está ligada à propriedade rural. Não está vinculada a empreendimentos. O ideal seria que, quando o empreendimento estivesse situado em propriedade rural, chegasse ao Núcleo de Apoio do COPAM esta reserva legal já estivesse averbada. Seria simplesmente conferir um documento. Não cabe a nós a análise de questões referentes ao IEF que não estão ligadas ao licenciamento.

**Alex Fernandes Santiago, Promotor de Justiça:** o Ministério Público compartilha do posicionamento do Procurador do COPAM Alto São Francisco. A colocação é perfeita. Todas as reuniões nós temos que incluir esta questão da reserva legal. Cabe a nós antecipar esta questão, exigir daquele empreendedor requerente do licenciamento que já no formulário apresente a certidão que comprove a averbação da reserva legal. Nós queimaremos uma etapa e no mecanismo de cumprimento de efetividade do código florestal no artigo 16, que prevê para Minas Gerais 20%, do imóvel como reserva legal. Perfeita intervenção do Procurador, o Ministério Público adere e requer seja encaminhada a



Moção ao Secretário José Carlos Carvalho, ardoroso defensor da reserva legal, para que seja exigido dos empreendimentos que se situam em zona rural, que no momento de apresentar o pedido de licenciamento, comprovem a averbação da reserva legal.

**Alexandre, Consultoria Jurídica, SEMAD:** apenas uma sugestão, dentro de uma parceria que estamos fechando a alguns anos com o Ministério Público, ficaria mais fácil a atuação conjunta, tanto do Ministério Público como dos órgãos ambientais, que ficaria mais fácil conferir a averbação ou não da reserva legal. Gostaria de sugerir também uma atuação junto aos Cartórios de Registro. Muitas vezes, estas situações chegam até o órgão sem a averbação porque os cartórios não cumprem esta exigência.

**Alex Fernandes Santiago, Promotor de Justiça:** já existe esta atuação. É uma recomendação expedida a todos os Promotores de Minas Gerais, para verificar esta obrigatoriedade. A averbação deve preceder qualquer transferência. Reserva legal é obrigatória e existem vários momentos de se cobrá-la, como a transferência ou licenciamento. É mais um mecanismo de cumprimento da Lei.

**Pedro Coelho, Procuradoria de Justiça NAURCASF:** para ficar mais claro, seria ideal que no FOBI viesse: *apresentar o registro de imóvel com a referida averbação da reserva legal.*

**Dr. Shelley de Souza Carneiro, Secretário-adjunto:** proponho que se faça esta Moção do grupo com este pedido.

**Vanessa Naves, Técnica do Núcleo de Apoio Alto São Francisco:** gostaria de esclarecer uma questão levantada na última reunião. Foi consultado ao técnico geólogo do IGAM e ele nos forneceu o processo de outorga deste poço com o devido teste de bombeamento. Neste teste verifica-se que o poço se recarrega em quarenta minutos. A Outorga concedida foi de 18 horas porque esta era a necessidade de consumo da localidade.

**Dr. Shelley de Souza Carneiro, Secretário-adjunto:** eu coloco o processo em votação. Licença concedida nos termos dos pareceres técnicos e jurídicos do IEF, com as seguintes condicionantes:

- Quanto à Granja São Jorge, modificação da redação condicionante número 9. Acrescida ao final: após a averbação, apresentar projeto de recomposição, se necessário, no prazo de três meses.
- Quanto à Fazenda Ressaca, modificação da redação condicionante número 9. Acrescida ao final: após a averbação, apresentar projeto de recomposição, se necessário, no prazo de três meses.

**Item 7) Dr. Shelley de Souza Carneiro: Processo administrativo para exame de Licença de Operação com recomendação de indeferimento – Ardósia Guimarães Com. Ltda. – beneficiamento de ardósia – Maravilhas MG – 067/ 2002/ 002/ 2002 – FEAM**

Leitura do Parecer técnico: Pelo exposto este parecer sugere o indeferimento de Licença de Operação Corretiva para o empreendimento, ARDÓSIA GUIMARÃES COMÉRCIO E INDÚSTRIA E TRANSPORTE LTDA, localizada à Rua Rio Pardo, nº. 435-A, no município de Maravilhas.

Leitura do Parecer Jurídico: Sugerimos que a CID/COPAM fixe um prazo de formalização de novo processo de licenciamento e aprecie a moção de suspensão de atividades do requerente.



Em discussão.

**Alex Fernandes Santiago, Promotor de Justiça:** gostaria de um esclarecimento: nós vamos votar a Moção de suspensão das atividades? Vamos fixar um prazo para licenciar? Ou vamos fixar um prazo e se não cumprido este é que vamos suspender as atividades?

**Raquel, Procuradoria jurídica:** vou esclarecer de acordo com os procedimentos que a CID vem adotando nestes casos. Ela fixa um prazo de 90 dias e após este período e o não cumprimento pela formalização processual, já fica previamente aprovada a suspensão das atividades.

**Alex Fernandes Santiago, Promotor de Justiça:** agradeço, mas mantenho o questionamento. Eu formalizo o processo da mesma forma como fiz antes sem apresentar toda a documentação, não cumprindo prazos... Nós teremos uma grande perda de tempo. Eu questiono como ficaria?

**Raquel, Procuradoria FEAM:** apenas salientar que este foi um processo formalizado em 2002, quando não vigia a Resolução SEMAD 146. Em relação à documentação isto ficaria resolvido no momento do FCEI.

**Alex Fernandes Santiago, Promotor de Justiça:** está claro, mas a preocupação permanece. Foi formalizado o processo em 2002, somente hoje nós estamos julgando, vamos favorecer um novo prazo e quando estaremos julgando de novo?

**Alexandre, consultoria:** não seria mais o caso. Com o processo devendo ser formalizado em 90 dias e sabendo que neste novo sistema ele não pode formalizá-lo, sem que a documentação esteja completa, esta preocupação estaria sanada. Ele automaticamente estaria suspenso.

**Dr. Shelley de Souza Carneiro, Secretário-adjunto:** coloca em votação.

Aprovado o indeferimento.

**Item 8) Dr. Shelley de Souza Carneiro: Processo administrativo para exame de Auto de Infração – FEAM-**

**8.1 – Associação de Abatedores e Comerciantes de carne e derivados de Pitangui – abate – abate de bovinos e suínos – Pitangui MG – 1225/ 2002/ 001/ 2002 - AI 985/ 2002**

Leitura do Parecer técnico: Este parecer sugere a aplicação das penalidades previstas em Lei, ouvida a assessoria Jurídica da FEAM. Sugere-se ainda a fixação do prazo de 90 dias para que a Associação dos Abatedores e Comerciantes de carnes e derivados de Pitangui – Abate formalize o processo de licenciamento ambiental, sob pena de suspensão de atividades.

Leitura do Parecer Jurídico: Por derradeiro, remetemos os autos à Comarca de Atividades Industriais do COPAM, sugerindo a aplicação de 01 (uma) multa no valor de R\$ 10.641,00 (infração gravíssima, porte pequeno do empreendimento), de acordo com o art. I, inciso III, alínea “a” c/c art. II, inciso I da DN 27/98, alterada pela DN 64/03.

Em discussão.

**Luiz Gonzaga, Técnico da FEAM:** apenas a título de esclarecimento neste processo: em função de não ter atendido a convocação ele sofreu uma segunda autuação. Esta autuação é decorrente do desdobramento desta. Nesta primeira ele foi autuado por operar sem licença, feita a convocação e dado um prazo, ele não formalizou o processo. Foi alvo de uma



segunda autuação. A rigor, ele ainda não atendeu a nenhuma convocação, ele está omissos e zombando da Lei.

**Alex Fernandes Santiago, Promotor de Justiça:** diante das informações muito relevantes prestadas pelo setor técnico, eu sugiro que se reduza o prazo de 90 para 30 dias. Já demos oportunidade para que a empresa se regularize. É o prazo rotineiro, mas apenas para os comuns.

**Luiz Gonzaga, Técnico da FEAM:** com relação a esta proposta pode haver um conflito por ser impossível se fazer em 30 dias o diagnóstico, propostas e outros protocolos necessários, neste prazo. Seria melhor determinar a suspensão da atividade imediatamente.

**Alex Fernandes Santiago, Promotor de Justiça:** o prazo não é de 90 dias, esta empresa está sendo fiscalizada há 2 anos. Temos que ter isto em mente. Eu questiono se é possível já votarmos a suspensão de atividades?

**Raquel, Procuradoria da FEAM:** não há impedimento que se julgue a aplicação da penalidade de multa ou suspensão da atividade até a obtenção da licença ambiental.

**Alex Fernandes Santiago, Promotor de Justiça:** essa é a minha proposta.

**Dr. Shelley de Souza Carneiro:** a proposta é: Auto de Infração e o fechamento da empresa até que ela regularize toda a sua atividade dentro do que vem sendo pedido a dois anos. Entro em processo de votação.

*Determinada a aplicação de multa gravíssima no valor de R\$ 10.641,00 e solicitada Moção de suspensão de atividades da empresa até que a mesma obtenha licenciamento ambiental.*

## **8.2 ) Dr. Shelley de Souza Carneiro: – Café Robinson Ltda. – torrefação de café – Pimhui MG – 1657/ 2002/ 001/ 2002**

Leitura do Parecer técnico: Sob o ponto de vista técnico, em sua defesa a empresa não apresentou justificativas que cancelem a infração cometida que resultou na lavratura do AI Nº. 1085/2002. Desta forma, este parecer sugere o indeferimento da defesa apresentada e a aplicação das penalidades previstas em Lei.

Leitura do Parecer Jurídico: Por derradeiro, remetemos os autos à Câmara de Atividades Industriais do COPAM, sugerindo a aplicação de 01 (uma) multa, no valor de 35.001 UFIRs, nos termos do artigo 1º, inciso III, alínea “a” (infração gravíssima, porte pequeno do empreendimento), c/c artigo 2º, parágrafo 1º, da DN COPAM 27/98.

Em discussão.

**Raquel, Procuradoria FEAM:** gostaria de solicitar uma retificação do Parecer Jurídico e trazer uma informação nova. No decorrer do prazo: 8 de dezembro de 2002 até o presente momento, este Decreto que culminou nesta penalidade (Decreto 39424/1998) foi parcialmente modificado pelo Decreto 43127, publicado no dia 28 de dezembro de 2002. Este parecer foi elaborado no dia 6 de dezembro de 2002. O valor correto da penalidade de multa não é de 35 mil UFIR e, sim, de R\$ 10.641,00. O Decreto 43127 traz como regra de transição aplicação dos valores da flexibilização da faixa aos processos que ainda tramitam no COPAM. E outra questão é que esta empresa obteve a licença ambiental no correr deste procedimento e ela vai fazer *jus* a aplicação do artigo 21, da alteração do 43127 no 39424, que é redução da penalidade de multa em 50%. Artigo 21, parágrafos 5 e 6.

**Marcelo, IBAMA:** pelo que entendi este valor de R\$ 10.641,00, por a empresa já ter obtido a licença, será reduzido pela metade.





**Raquel, FEAM:** correto. O artigo 21 permite isso, no parágrafo quinto: não será objeto do Termo de Compromisso a que se refere o parágrafo segundo. Este benefício é ampliado aqui para os empreendimentos que obtêm a licença durante este processo.

**Júnior, representante da empresa Café Robinson:** o que eu tenho a esclarecer é sobre a questão da obtenção do licenciamento onde nós tivemos um problema a parte, pois o engenheiro responsável pelo RCA/PCA sofreu um acidente. Em teoria estaríamos aqui aplicando uma responsabilidade objetiva da empresa, que eu entendo não caber. O erro ocorreu não por vontade desta e sim por um fato anormal, que está caracterizado no processo, ajuntado de atestado médico do engenheiro. E ainda, diante da demora deste processo de licenciamento e, até mesmo do cumprimento de condicionantes, esta empresa já sofreu uma intervenção judicial. Em 01/09/2004 nós obtivemos, via judicial, a autorização de funcionamento. A empresa também já providenciou 90% das condicionantes. Por tudo isto é que pedimos a não aplicação da pena. Principalmente pelo fato do acidente do engenheiro.

**Raquel, FEAM:** o fato do consultor da empresa ter agido de forma incorreta não impede a aplicação das penalidades. Caso o Senhor se sinta ofendido, que entre com uma ação de regresso, porque quem opera a fonte efetiva e potencialmente polidora é que é responsável por ela. Não cabe aqui o discernimento em relação a isso. Quem será responsável pelo pagamento desta penalidade é o empreendedor.

**Júnior, representante da empresa Café Robinson:** eu entendo que cabe sim, julgar esta responsabilidade da empresa. Porque uma penalidade imposta à empresa, principalmente no lado econômico, denota a questão de emprego, de geração de imposto e questão de toda realidade social. Então, eu acho sim, que é o momento. Eu acho sim que não podemos aplicar uma responsabilidade objetiva. Se existe a ação de regresso, esta está prevista para o Estado, que é a questão da responsabilidade objetiva que não foi objeto de investigação. É estar simplesmente aplicando uma penalidade à uma empresa que contratou um profissional para fazer da maneira mais correta.

**Dr. Shelley de Souza Carneiro, Secretário-adjunto:** estamos julgando aqui uma lei e devemos agir de acordo com esta. A pessoa tem direito, fora do COPAM, de recorrer legalmente. O nosso caso é sobre um ato, onde nós já fomos informados sobre a legislação deste.

**Luiz Gonzaga, FEAM:** o que se está julgando aqui não é o atraso na obtenção da licença, haja visto que ele obteve a licença e está obtendo os benefícios desta. O mérito julgado aqui é: início da atividade sem a licença. Ele foi autuado na visita técnica, por atuar sem licença.

**Lucélio, FIEMG:** o responsável apresentou dados que não constam no processo, isso é relevante? Não, muito obrigado.

**Dr. Shelley de Souza Carneiro, Secretário-adjunto:** vamos entrar em processo de votação.

*Aprovado o Auto de Infração, com aplicação de multa com redução de 50% do valor conforme artigo 21 do Decreto 39.424/98.*

**Item 9) Dr. Shelley de Souza Carneiro:** Foi apresentado no início da reunião. “Projeto estruturador MG – Revitalização e Desenvolvimento Sustentável da Bacia do São Francisco”.



**Item 10) Dr. Shelley de Souza Carneiro: Apresentação do Projeto Águas de Minas – monitoramento da qualidade das águas superficiais do Estado de Minas Gerais.**

**Apresentação: Rômulo – biólogo, representante do IGAM.**

Objetivos do projeto: conhecer e avaliar condições da qualidade das águas superficiais em Minas Gerais/ divulgar os dados aos usuários e apoiar a proposição de metas de qualidade/ subsidiar o planejamento da gestão dos recursos hídricos/ verificar a efetividade das ações de controle/ propor prioridades de atuação.

As Unidades de Planejamento de Gestão de Recursos Hídricos em Minas Gerais: Paranaíba/ Rio Grande/ Paraíba do Sul/ Rio Doce/ Jequitinhonha/ Pardo/ Mucuri.

CETEC: Fundação que realiza as coletas, feita na calha do rio.

Indicadores de qualidade ambiental que o Projeto Águas de Minas utiliza:

- IQA (índice de qualidade das águas) reflete a contaminação por matéria orgânica, sólida, fecal e nutrientes.
- CT (contaminação por tóxicos) são utilizados nove parâmetros para se chegar a um valor final de contaminação. Menor que 20%, contaminação baixa. Maior que 20% e 100%, contaminação média. Acima de 100%, contaminação alta.

Resultados encontrados no ano de 2003:

Ocorrência do índice de qualidade das águas, se manteve com frequência média. IQA/ percebemos que este índice permaneceu médio neste ano. A Bacia do São Francisco também manteve seu índice de qualidade médio. O Rio das Velhas foi o que apresentou o pior IQA devido à sua localização perto de Belo Horizonte.

Índice de contaminação por tóxicos. Este índice foi considerado baixo, como reflexo das bacias do Rio Doce e Jequitinhonha, que tiveram também uma contaminação baixa. Com exceção está a bacia do São Francisco que teve uma contaminação por tóxicos alta, principalmente devido à três sub bacias: Paraopeba, Velhas e São Francisco Norte (devido a presença de indústrias e aos produtos utilizados na agropecuária).

É importante falar que perto da nascente do Rio São Francisco o IQA da água é considerado bom. Ele permanece médio ao longo da bacia. Este resultado vai ser influenciado pelo Ribeirão Sucuriú, onde se tem uma série de parâmetros que influenciaram no resultado final do IQA, que estão associados aos municípios de Biquinhas e Bocaina, que lançam o esgoto sanitário sem tratamento no curso d'água.

Foram destacados o Rio São Francisco e o Rio São Miguel sobre seus valores de condutividade elétrica. Comparativamente a outros trechos de rios mais pressionados, os registros observados são considerados satisfatórios. Mostrando capacidade de diluição da carga poluidora da carga recebida. Outro curso d'água em destaque seria o Rio São Miguel.

As significativas presenças notadas de sais, íons e cálcio, embora seja uma ocorrência natural da sub bacia, é intensificada pela extração de calcário na região. Destacou-se também o curso do Rio Pará, entre Passatempo e Leandro Ferreira, devido aos parâmetros de fosfato total, coliformes fecais, turbidez e sólidos totais, que interferiram no IQA médio. Estes resultados estão associados à contribuição dos rios: Itapecerica (Divinópolis) e São João (Itaúna e Pará de Minas) devido ao lançamento de esgotos sem tratamento. Na região de Formiga, próximo a Furnas, que se destacou aqui, hoje, em um processo, percebemos a



contaminação de nível médio e bom nesta sub bacia. Sua contaminação por tóxicos também foi considerada média. É bom ressaltar que o IGAM propõe ações de controle e as encaminha para a Promotoria. Estes dados são levados para a Promotoria, FEAM, etc, onde se propõem ações que deveriam ser efetuadas.

Divulgação dos resultados deste projeto: é feito um mapa anual da qualidade das águas no estado de Minas Gerais. O relatório anual, com mapas, está disponível na internet.

[www.igam.mg.gov.br](http://www.igam.mg.gov.br) link Águas de Minas.

O palestrante Rômulo agradece a atenção de todos.

**Dr. Shelley de Souza Carneiro, Secretário-adjunto:** é sempre muito bom ouvir esta palestra, porque ela tem muito a nos acrescentar. É bom que a gente tome conhecimento de que tem muita coisa boa sendo feita. Este é o lado positivo.

**Item 11) Dr. Shelley de Souza Carneiro: Assuntos Gerais:**

**Capitão Valmir:** gostaria de agradecer a excelente palestra e gostaria de obter cópia destas palestras. A Polícia de Meio Ambiente faz muitas palestras e este material iria enriquecer muito nossas palestras educativas.

**Dr. Shelley de Souza Carneiro, Secretário-adjunto:** a regional pode providenciar isto, mas ela está disponibilizada na internet.

**Lucélio, FIEMG:** a reunião de hoje foi muito proveitosa, onde nós trabalhamos basicamente o tema água. Gostaria de abrir uma discussão para as futuras reuniões, sobre um assunto grave que é o uso das Áreas de Preservação Permanente. Principalmente em locais de ranchos, reservatórios e córregos e rios urbanos. Houve uma reunião segunda feira com o Dr. Luiz, representantes da CEMIG, COPAM, CODEMA, onde foi bastante discutido este tema. Existe um problema, por que toda ligação feita pela CEMIG em área de APP deve ter a licença. Isto está causando um problema social muito grande. Existem várias situações que estão surgindo e que precisam ser debatidas. A CEMIG vem cumprindo à risca o que se fala na lei, mas nós também temos nossa responsabilidade social. Este é um passivo muito grande que exige uma solução a nível estadual

**Dr. Shelley de Souza Carneiro, Secretário-adjunto:** esta é a função do COPAM. Ouvir e criar uma consciência para que se possa trabalhar com mais informação e de forma equilibrada. Este problema como foi para na plenária do COPAM eu vou trazer esta discussão para cá, para vocês terem uma noção, para que se possa informar da melhor forma possível. Vamos procurar estar sempre no foco dos assuntos mais problemáticos. Por isso, vamos a Paíns discutir o problema da região cárstica.

**Capitão Valmir:** nós fomos até a região de Paíns para atender uma denúncia e foram várias frentes de lavra embargadas, com boletins de ocorrência enviados para o Ministério Público. A questão ali é crítica, onde o Estado tem que se fazer presente. Além da situação ambiental, são pessoas que estão sendo expostas a uma condição de trabalho degradante, de foram totalmente irregular, expostas inclusive a perigo de vida. A maioria das pessoas ali não tem outra fonte de renda. O estado deve adotar ali, um trabalho social.

**Alex Fernandes Santiago, Promotor de Justiça:** leitura para aprovação pela Unidade Regional, da Moção para inclusão no FOB de documento comprobatório da Averbação da Reserva Legal. *Moção Aprovada: Que conste no FOBI para os empreendimentos localizados em Zona Rural o item: apresentar Certidão do Cartório de Registro de Imóveis, comprovando a Averbação da Reserva Legal à margem do registro.*



**Item 12) Encerramento**

**Dr. Shelley de Souza Carneiro, Secretário-adjunto:** gostaria de pedir ao Afonso que nos explicasse sobre a nossa visita ao Parque Nacional da Serra da Canastra amanhã.

**Afonso José e Silva, NAURCASF:** nós encaminhamos para todos, a programação que consta: saída às 08h00min horas da manhã, em frente ao clube. Iremos de ônibus que foi cedido pela Prefeitura. No Parque teremos uma apresentação de um vídeo institucional, do IBAMA. Vamos caminhar até o monumento que representa a nascente do Rio São Francisco e vamos também, na parte alta visitar a cachoeira Casca D'anta. Durante o passeio serão servidos dois lanches.

**Dr. Shelley de Souza Carneiro, Secretário-adjunto:** gostaria de avisar a vocês que foi aprovada pela plenária a modificação da DN 01/90. Acho que será 74/04. Devemos publicá-la na próxima semana e isto será bem discutido para que fique bem explicado. Nós devemos estar por dentro desta legislação para podermos julgá-lo.

Leitura da Carta ao Diretor Geral do IEF: “gostaríamos de externar nosso contentamento com os serviços prestados por este órgão, através do Senhor Elcio Rogério de Castro Melo e Senhora Maria Margaret de Moura Caldeira, por ocasião de cadastramento da Unidade de Conservação do Parque Ecológico Francisco Assis Resende, município de Lagoa da Prata. Salientamos ainda que a postura profissional dos servidores, alhures citados, enaltece a qualidade do funcionalismo público de Minas Gerais, constituindo célebre exemplo a ser seguido.” A carta foi assinada pelo Dr. Shelley de Souza Carneiro.

**Marcos Vilela, Conselheiro:** a minha manifestação aqui hoje é em relação a alguns licenciamentos anteriores. Antes da criação do COPAM Regional, estes licenciamentos eram encaminhados para Belo Horizonte e nós estamos com dois licenciamentos em Divinópolis – Cooperativa agropecuária / Granja de postura, que solicitaram a licença corretiva, em 1994, e até hoje estas empresas não se adequaram. Estes processos estão parados. Eu gostaria de saber se há condições de se transferir estes licenciamentos? Gostaria também que fossem criadas comissões para verificar a causa destas empresas. A situação, principalmente no caso da Granja, é bastante problemática. Inclusive eu tenho aqui várias notificações que já foram feitas.

**Dr. Shelley de Souza Carneiro, Secretário-adjunto:** gostaria de verificar o número do processo para tentarmos saber o que está acontecendo. Muitas vezes a pessoa entrega o relatório e não volta, o que acaba arquivando este. Eu vou dar uma olhada e vou te dar uma resposta. E verificar a possibilidade de poder transferir este processo, caso ele esteja adequado.

**Alexandre, assessoria jurídica:** seria melhor, neste caso, encaminhar a documentação a mesa, que encaminharia esta documentação para a nossa regional, que faria uma fiscalização no local.

**Dr. Shelley de Souza Carneiro, Secretário-adjunto:** acho que já poderia diretamente legar ao Núcleo, que encaminharia para a Superintendência de Política Ambiental e vocês dariam uma verificada para se constar o que está acontecendo.

**Conselheiro Cairo, Prefeito de São Roque de Minas:** gostaria de agradecer a todos vocês, em nome do povo de São Roque de Minas. Gostaríamos de poder vivenciar este momento mais vezes e queira Deus em uma outra situação. Estamos vivenciando um momento tumultuado, devido ao período de eleição. Vou também pedir desculpas por não





poder acompanhá-los no passeio a Serra da Canastra. Me permitiria, no entanto, fazer algumas recomendações: um pouco de cuidado principalmente nesta época de muita seca, em alguns locais existe a ocorrência de muitas cobras, principalmente onde tem igarapés. Mais adiante, na parte alta da Casca D'anta, é preciso muito cuidado naquele paredão. É um lugar paradisíaco, mas devemos ter cuidado. Levem short, pois é um lugar muito bom para se banhar. E me permitiria também, pedir aos senhores que observem, quando estiverem cruzando o platô da Serra da Canastra, onde os senhores presenciarão dois ambientes distintos. Os senhores vão verificar a região do platô da Canastra que ainda não foi queimada e em determinados locais os senhores irão verificar regiões que foram queimadas, onde houve incêndios que foram amplamente divulgados pela imprensa. Gostaria de pedir que os senhores atentem para os seguintes detalhes: procurem avaliar a fauna e a flora onde não houve incêndio e verifiquem também onde houve incêndio. Por quê? Porque oportunamente, o município de São Roque de Minas, observando as imposições sedimentais, procurará discutir uma proposta de manejo do Parque Nacional da Serra da Canastra, que a nosso ver, da maneira como está sendo conduzido, está equivocada. No alto da Serra da Canastra existe uma grande erosão, que aumenta, a cada dia, e nós sabemos que tecnologicamente existe condição de ser revertida. Nós gostaríamos de discutir estas questões aqui em outro momento oportuno. Bem no meio do parque há um divisor de águas. Há poucos quilômetros da parte alta está a nascente do rio Araguari, que é vizinho de berço do São Francisco. Com um pequeno detalhe, a nascente do rio Araguari, em termos de volume de água, é bem maior que a do São Francisco. Nós precisamos divulgar isto, que a serra abriga também esta nascente. E para encerrar, temos a 60 km de São Roque, está o distrito São João Batista, neste distrito há uma rua que as águas que correm na sarjeta da direita pertencem a Bacia Hidrográfica do São Francisco e as águas que correm na sarjeta da esquerda pertencem a Bacia Hidrográfica do Araguari. Muito obrigado e tenham um bom passeio amanhã.

**Dr. Shelley de Souza Carneiro, Secretário-adjunto:** também gostaria de agradecer muito, a reunião foi interessantíssima e nos acrescentou bastante. Gostaria de agradecer ao prefeito, que foi uma das pessoas que lutou muito para a realização deste COPAM. Foi muito bom estas informações sobre a Serra da Canastra. Gostaria então, de informar que a nossa próxima reunião será dia 21 de outubro no município de Paíns, no centro nervoso do problema cárstico.

**Conselheiro Cairo:** como membro titular do Comitê do São Francisco, tanto eu como Geraldo, temos uma reunião, em Belo Horizonte, há possibilidade de mudar a data?

**Dr. Shelley de Souza Carneiro, Secretário-adjunto:** eu posso propor, mas haverá uma votação.

**Item 14) Encerramento:** Não havendo outros assuntos a serem tratados, o presidente Dr. Shelley de Souza Carneiro agradeceu a presença de todos e declarou encerrando a sessão, da qual foi lavrada a presente ata.

Shelley de Souza Carneiro \_\_\_\_\_

Alex Fernandes Santiago \_\_\_\_\_



---

Valmir José Fagundes \_\_\_\_\_

Gerson Luiz de Freitas \_\_\_\_\_

Marcelo Ferreira Guimarães \_\_\_\_\_

Márcio Antônio de Oliveira \_\_\_\_\_

Cairo Manoel de Oliveira \_\_\_\_\_

Juarez Eufrásio de Carvalho \_\_\_\_\_

Arnaldo Batista Matos \_\_\_\_\_

Lucélio Nativo da Assunção \_\_\_\_\_

Roberto Soares Nogueira \_\_\_\_\_

Vicente Paulo Gondim \_\_\_\_\_

Eustáquio Marcelino Valério Calderaro \_\_\_\_\_

Lessandro Gabriel da Costa \_\_\_\_\_

Marcos Antônio Vilela \_\_\_\_\_